

## **Na casa, na rua e no rio: a paisagem do Recife oitocentista pelas vendeiras, domésticas e lavadeiras**

Maciel Henrique Silva\*  
Mestre em História – UFPE  
Professor do CEFET-PE  
E-mail: [macielcarneiro@bol.com.br](mailto:macielcarneiro@bol.com.br)

### **Resumo**

O presente artigo desenvolve uma leitura sócio-espacial da cidade do Recife, no século XIX, observando este núcleo urbano a partir da perspectiva das mulheres escravas, forras e livres pobres que exerciam ofícios diversos pelas ruas, mercados, largos e arrabaldes da cidade, assim como no interior das casas. Metodologicamente, analisamos algumas práticas de espaço enquanto práticas de resistência, estabelecendo uma discussão acerca dos significados sociais dessas práticas e das táticas de sobrevivência dos grupos pobres no contexto da escravidão urbana.

### **Palavras-chave**

Recife – Paisagem - Cidade

### **Abstract**

This review observes urban space of Recife in the XIX century, studying the different work activities occupied by slave and free women. The paper searches also for conflicts scenarios between working women and patriarchal authorities, in, markets, streets and kitchens, as well as the practices and survival tactics developed by these women in urban space, and the meanings built by them through these practices.

### **Introdução**

O Recife do século XIX, como toda cidade, é algo mais amplo do que as linhas que a formam. Ela se compõe de inúmeros espaços significantes, onde atores interagem entre si, vivendo experiências diversas, realizando operações ("maneiras de fazer") e fazendo a cidade existir enquanto aglomeração humana. Neste sentido, o propósito deste trabalho é construir uma leitura sócio-espacial, tentando apreender o que os espaços da cidade - incluindo aqui os arrabaldes em processo de urbanização - representavam na vida de vendeiras, domésticas e lavadeiras.

Em qualquer leitura da expansão urbana do Recife, os bairros centrais do Recife, Santo Antônio e Boa Vista aparecem como as principais povoações, o centro mais antigo e dinâmico da

urbe recifense. Entretanto, uma leitura mais abrangente deve se voltar também para os arrabaldes e subúrbios, povoações próximas aos bairros centrais do Recife, e que com eles interagem. Mesmo que não completamente urbanizados, as povoações periféricas guardavam estreitas relações com o centro da cidade. De cada um desses pontos partiam caminhos que se cruzavam, e nem um nem outro conjunto era desconhecido pelo outro: particularmente escravos, libertos e pobres livres percorriam as distâncias que as separavam, seja em canoas com seus próprios passos, por razões diversas.

Outro ponto fundamental da leitura que fazemos diz respeito aos passos dos que caminham pela cidade. Não há revivescência possível, além de ecos distantes e pistas pouco nítidas no solo; e tais passos estão perdidos. O que se pode fazer é persegui-los tateando pelas fontes, na esperança de construir caminhos fragmentários. Vendeiras, criadas, escravas ou "livres" que saíam das casas para o mundo da rua, elas mesmas construíram leituras do espaço; ao caminhar, elegeram os caminhos que julgaram melhores ou menos perigosos, criaram laços de amizade e parentesco, fugiram da vigilância panóptica das autoridades, encontraram pessoas que talvez não esperassem encontrar, preencheram de significados espaços que só apresentavam cor e forma; e tais significados raramente coincidiam com aqueles previstos pelos que projetaram os lugares.

Enfim, e para não cansar o leitor, o interesse deste texto é ultrapassar os elementos visíveis da paisagem, a sua geometria e geografia, e assim adentrar pelas veredas de uma outra espacialidade. O planejamento urbano do Recife do século XIX, que seguia os modelos forjados pela modernidade, não suprime de todo aquilo que Michel de Certeau designa como "maneiras de fazer", "práticas de espaço" que as próprias pessoas inventam a partir de sua leitura específica do espaço edificado. Emergem então significados cotidianos que muitas vezes contradizem o sentido original do espaço: muitos escravos e libertos, pobres livres (caminhantes) tinham seu próprio modo de "arruar", para usar uma terminologia de Mário Sette.<sup>i</sup>

## Os espaços e os praticantes

A expansão urbana do Recife no oitocentos, a partir da transformação de antigos engenhos e sítios em povoados que mais tarde serão incorporados lentamente a uma paisagem mais cidadina, não constitui nenhuma novidade entre os estudiosos do tema. A forma ganglionar em que se dá o crescimento da cidade, no período, com grandes bolsões de mata e áreas vazias de edificações; a relação entre o crescimento populacional e o incremento da urbanização; a tensão entre o rural e o urbano nas principais cidades brasileiras do período imperial; a sujeira reinante pelas ruas e cais da cidade, e outros aspectos da história urbana recifense já foram bastante explorados.<sup>ii</sup>

O nosso propósito aqui é envolver alguns atores na sua relação com os espaços, através das práticas cotidianas e de alguns comportamentos que constituíram obstáculos aos dispositivos disciplinares da Câmara Municipal. O entendimento da organização espacial não é possível sem que se visualizem as formas de apropriação e uso do espaço que os atores sociais empreendem. Cremos

ser fundamental refletir mais detidamente aquilo que Michel de Certeau denominou de "*outra espacialidade*". Outra espacialidade que emerge de um conjunto de procedimentos — Certeau designa "maneiras de fazer" — "*multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos*", que escapam aos instrumentos que visam forjar uma cidade e uma sociedade disciplinar. Procedimentos que são, antes de tudo, engenhosos e inventivos, e que, não raro, atribuem significados outros às formas e estruturas urbanas.<sup>iii</sup>

Mesmo que aqui não seja o lugar de elaborar uma teoria das práticas cotidianas, não é fora de propósito a exposição e análise de algumas dessas práticas, o que auxiliaria a uma posterior teorização do cotidiano. Algumas práticas, bem entendido. Não nos é possível fazer um inventário das incontáveis práticas cotidianas desenroladas no tecido urbano e suburbano do Recife do século XIX pelas mulheres escravas, forras e pobres livres; o interessante aqui é mostrar a possibilidade de se fazer uma leitura do espaço em associação com os usos sociais que a eles são dados, considerando os limites do proibido e as transgressões.<sup>iv</sup>

Primeiro que tudo, denominamos de praticantes os personagens aqui focalizados (mulheres vendeiras de tabuleiro ou quitandeiras, lavadeiras, aguadeiras, domésticas etc., de condição escrava, forra ou livre pobre), os quais normalmente estão imersos em um anonimato de difícil percepção, situados no domínio do "*anônimo inominável*"<sup>v</sup>, escorregando de modo fugidio pelos espaços da cidade, subvertendo lógicas impositivas que lhes eram estranhas. Nomeá-los, tarefa complexa, mas, na medida do possível, tentamos dar-lhes nomes e seguir seus passos. Nomeação talvez mesmo nociva aos interesses desses praticantes na época.

Uma constatação inicial: a conhecida reclusão feminina dos tempos patriarcais, notada por viajantes europeus, não é uma condição que se deva atribuir às mulheres escravas, forras e livres pobres. A presença destas no meio urbano se dá, sobretudo, como um imperativo da busca pela sobrevivência, e pela condição básica de exercício de seus ofícios; essas circunstâncias conferem a estas mulheres uma presença mais intensa pelas ruas da cidade, uma presença que está basicamente – mas não totalmente – vinculada à atividade do trabalho. Exercendo ofícios chamados na época de *portas a fora*, essas mulheres tinham uma mobilidade espacial e um conhecimento dos "perigos" da rua muito maior do que suas senhoras e patroas. Elas acabavam se apropriando, por assim dizer, de uma maior quantidade de espaços da cidade, ao mesmo tempo em que lhes atribuíam significados e qualidades próprios com seus gestos diários de "mulheres de rua": gritos, risos, falas "obscenas", movimentos do caminhar.

Essa apropriação do espaço urbano por mulheres de cor, em sua maioria, não é algo que surge como novidade a partir do século XIX. Muitas cidades e vilas coloniais, notadamente as das Minas Gerais, eram abastecidas por um pequeno comércio exercido por mulheres, em vendas, vendas volantes e tabuleiros.<sup>vi</sup> Também na Capitania de Pernambuco, já no século XVIII, era intensa a presença de uma

multiplicidade de Volantes, Mascates, Marinheiros, Pretos e Pretas, que pelas ruas públicas desta Vila, e seus subúrbios andam em [ ], Bocetas, Tabuleiros, Caixas, e por outras diferentes formas vendendo ao Povo toda a qualidade de fazendas, e outros mais gêneros, e miudezas (...).<sup>vii</sup>

O grande número de pessoas envolvidas neste pequeno comércio de rua já preocupava os governadores do Pernambuco setecentista pelos prejuízos que causavam ao chamado grande comércio. O Bando decretado pelo governador José Cezar de Meneses, em 1781, faz alusão a uma Lei e Pragmática de 1749, que proibia esses negócios em virtude do contrabando, mas que não haviam sido cumpridas até o momento. Sob pressão dos comerciantes da Praça do Recife, o Bando decretado visava fazer cumprir a lei anterior, e incidia mais fortemente sobre as pretas que vendiam fazendas e miudezas. Vejamos:

excetas porém desta proibição aquelas negras que publicamente trouxeram a cabeça as seguintes fazendas = pano branco, botões da mesma espécie, linhas, agulhas, alfinetes, [dedais], tesouras, fitas de lã, de linho, e [pentas], com tanto que todos estes gêneros sejam fabricados no Reino e seus Domínios (...).

Pela cabeça de negras de tabuleiro, circulava um conjunto de mercadorias contrabandeadas que entravam em concorrência com os produtos de Portugal e suas colônias. Isentas das punições estabelecidas estavam apenas as negras que vendessem mercadorias de Portugal e seus Domínios. Entre outras punições, a Lei de 1749 previa o desterro dos infratores, em virtude do "*dano que causam a República e a mesma Real Fazenda na diminuição dos seus Direitos pelos contrabandos que vendem (...).*"

Pelo que se percebe, o fluxo de negras vendeiras pelas ruas do Recife não é o resultado direto da maior expansão urbana e demográfica que se dá nas primeiras décadas do século XIX. Embora careça de mais estudos para o período colonial, arriscamos dizer que as vilas de Recife e Olinda possuem na Colônia uma certa dinâmica que permite o desenvolvimento do pequeno comércio urbano a cargo de mascates e negras boceteiras e de tabuleiro.<sup>viii</sup>

No início do século XIX, já era comum a presença de mulheres negras "*a vender bugigangas e guloseimas pelas ruas*" do Recife.<sup>ix</sup> As senhoras e iaiás de sobrado sofrem maior restrição a sua presença na rua, e só gradativamente a sua presença passará a ser mais comum, rompendo em parte os limites domésticos. Para essas mulheres senhoriais, vale ainda o código patriarcal que as distanciava da rua, uma vez que, no dizer de Freyre, "*O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua.*"<sup>x</sup>

Os inúmeros registros iconográficos e os diários de viajantes estrangeiros estão férteis de imagens e passagens, onde mulheres vendeiras se encontram nas ruas mais movimentadas, conduzindo seus tabuleiros de doces, frutas, miudezas e tantos outros gêneros. Em uma descrição do bairro do Recife, em 1817, o francês Tollenare aponta que

negras percorrem as ruas oferecendo à venda lenços e outras fazendas que trazem em cestos sobre a cabeça (...). Não se vê absolutamente mulheres brancas na rua. Um pequeno mercado junto de uma igreja oferece à minha vista montões de raízes de mandioca, bananas, ananases, cajus, mangas e laranjas. As vendedeiras, mui sucintamente vestidas, algumas de cachimbo ao queixo, preparam grosseiros manjares para o povo (...).<sup>xi</sup>

Nesses primeiros anos do século XIX, as mulheres brancas ainda não haviam rompido os limites patriarcais que as mantinham reclusas, distantes da rua. Entretanto, as negras misturavam seus pregões aos cantos dos negros carregadores, tão comuns no bairro portuário do Recife, aumentando o burburinho das ruas. Não é difícil imaginar alguns panos estendidos junto à igreja (que não foi identificada) encimados pelas frutas, ou ainda os tabuleiros equilibrados nas cabeças das negras, imagens artisticamente representadas por artistas contemporâneos que souberam perceber sociologicamente que esses tipos humanos e cenas caracterizavam a paisagem urbana e social do período.

Outro cronista da mesma época, ao se instalar no Recife da segunda década do século XIX, percebeu como da rua para a casa há uma comunicação possível:

Eis-nos, portanto, tranqüilamente instalados em nossa nova residência, tão tranqüilamente como possa estar alguém quando uma vintena de negras grita sob as janelas, em todos os tons de que a voz humana é capaz, laranja, banana, doces e outras mercadorias para vender.<sup>xii</sup>

O inglês Koster, apesar de todo o espírito antropológico que apresenta em quase todas as ocasiões vivenciadas em Pernambuco, não deixou de transparecer certa irritação ante as vozes, certamente persistentes, que ecoavam dentro de sua casa. Outro ponto visível é o grande número de negras vendeiras no espaço urbano. Por sua função móvel, elas terminavam por se transformar em um elo de comunicação entre o espaço da rua e o da casa. Gilberto Freyre vê um sobrado urbano ainda carregado do patriarcalismo das casas grandes, em sua expressão um sobrado que é "*inimigo da rua*". Mas a rotina desse sobrado, onde as senhoras e sinhás se viam reclusas, é quebrada pela presença alegre tanto do mascate como das pretas boceteiras e quitandeiras, estas últimas adentravam os sobrados para vender doces e bicos às iaiás, levando com elas os mexericos e fofocas do meio urbano.<sup>xiii</sup>

Para ilustrar esse nexos entre a casa e a rua, há uma famosa gravura de Rugendas intitulada "*Venda em Recife*" (Ver Figura 1). A venda se situa no térreo, enquanto o andar superior serve como residência. Logo de início, o que aparece com mais evidência é o grande número de mulheres negras na venda, comprando, vendendo, ou mais provavelmente ambas as coisas, uma vez que criadas podiam ser incumbidas de fazer a compra de gêneros para o consumo diário da casa. Muitas saem da venda calçadas, sugerindo serem livres ou libertas. Há uma mulher de feições indígenas descalça, deitada como bêbada à porta da venda. Mas para o momento, destaquemos uma negra boceteira que, ao lado direito externo da venda, ergue um colar e o apresenta a uma das residentes situada na varanda. Após essa cena inicial de convencimento, a negra poderá ou não ser convidada a entrar no andar superior e efetuar mais uma venda. Apesar do certo despojamento da mulher branca situada

na varanda, sugerindo que ela não era tão reclusa como se costuma pensar, é pouco provável que ela viesse ao encontro da negra. Ao seu modo, diz Gilberto Freyre, essas negras foram também mascates.<sup>xiv</sup>

É preciso pensar, contudo, que, ao lado das práticas de trabalho propriamente ditas, as ruas eram também o espaço da vadiagem, da mendicância, das brigas, de prisões, de lazer. Uma escrava fugida, de nação Congo "*foi vista nos Afogados pedindo esmolos de farinha aos matutos, que passavão*". O seu nome era Joanna e tinha fugido do engenho Bemfica dois meses antes de ser anunciada, no dia 17 de junho de 1845. Porta de entrada do interior para a capital, Afogados era ponto obrigatório de passagem de comboios, o que tornava o bairro bastante freqüentado; além disso, o engenho citado não distava muito daquele povoado. Nesse arrabalde habitado por gente humilde e de cor, em sua maioria, a escrava esboçava sua resistência ao cativo, mas ainda sem conseguir um trabalho ou alguma pessoa que lhe desse guarida.

Mas outra escrava, Catharina, de nação Angola, com 22 anos, era ladina o suficiente para ter melhor sucesso em sua fuga. O seu dono diz que ela podia ser encontrada na Estrada-Nova da Passagem da Madalena e no Aterro dos Afogados vendendo verduras, ou aos domingos no referido Aterro, no maracatu dos coqueiros. Além desses locais de trabalho e sociabilidade, Catharina tinha seu coito em um arrabalde ainda mais distante, na Várzea, de acordo com notícias em que o senhor dela acredita. O seu proprietário era morador na rua estreita do Rosário, localizada no bairro central de Santo Antônio. Desse modo, a tática utilizada pela escrava foi distanciar-se, buscando os arrabaldes onde, pelo conteúdo do anúncio, ela tinha tecido algumas relações.<sup>xv</sup> Da Estrada-Nova da Passagem da Madalena, Catharina podia facilmente se dirigir para o bairro de Afogados, associar-se com tantas outras pessoas de cor e, assim, ser favorecida pelo anonimato e pela distância, traçando linhas próprias no espaço da cidade. Além de ser muito jovem, Catharina é descrita por seu dono como sendo "*bem feita do rosto (...) com todos os dentes na frente (...) muito conversadeira e risonha*". Uma mulher jovem, de riso e conversa fácil, isso tudo deve ter contribuído para forjar as amizades, os contatos necessários para que ela instituisse para si um novo modo de vida, talvez exercendo a mesma atividade do seu cativo. O seu proprietário possuía um sítio em S. Amaro, e é provável que sua escrava já fosse vendeira antes da fuga, oferecendo pelas ruas algum produto desse sítio.

A mobilidade das escravas negras de tabuleiro, onipresentes no cenário urbano das principais cidades escravistas, permitia maior possibilidade de fuga. Lilia Moritz Schwarcz pôde perceber anúncios de fuga desse tipo na imprensa paulistana.<sup>xvi</sup> Para o Recife, encontramos também dados semelhantes. Por exemplo, a escrava de José Antonio dos Santos, de nome Thereza, fugiu "*(...) em ocasião em que saíra a vender doce em um tabuleiro (...)*", no dia 5 de julho de 1847. Ou ainda o caso da escrava de Francisco Pereira Thomé, de nome Maria, que, na sua fuga em 6 de dezembro de 1848, levava consigo além de "*(...) vestido velho de chita, com babadinho por baixo, pano da Costa*", um tabuleiro para vender banha e goma.<sup>xvii</sup> É aqui onde vemos a contradição entre a

necessidade de se controlar a cativa por parte do seu dono, e a necessidade de deixá-la com maior autonomia para trazer o lucro desejado. As escravas vendeiras que viviam a percorrer as ruas da cidade parecem fugir com mais freqüência que as demais. Os exemplos são numerosos na imprensa recifense do século XIX.

Essas fugas, facilitadas pelo conhecimento do espaço urbano e pelos contatos estabelecidos com conhecidos, podem ser classificadas como *fugas para dentro*. De acordo com essa classificação, Eduardo Silva mostra que escravos fugiam e permaneciam (ou pelo menos tentavam) ocultos na própria cidade, tentando ganhar a vida oferecendo sua força de trabalho na própria cidade, o que, para tanto, era premente o conhecimento da área urbana.<sup>xviii</sup>

O caso da fuga da crioula Filippa é emblemático, e não é sem razão que merece uma citação integral:

Fugiu, no dia 20 de novembro próximo passado, às 7 horas da manhã, uma preta de nome Filippa, crioula, de 32 anos; foi escrava do Sr. Brigadeiro Aleixo, possuindo o mesmo Sr. um filho que essa escrava tinha; é de boa estatura, cheia do corpo, cor afulada, com o semblante carrancudo; tem as costas marcadas (...) já foi escrava do finado coronel Brederode e de Pinho Borges, por isso é bem conhecida; consta que ela vai algumas noites pedir aos filhos do finado coronel agasalho, e supõe-se que ela anda pelo bairro do Recife, e que muitas vezes vai dormir em Fóra-de-Portas, em casa de uma preta forra que diz ser sua madrinha; também consta que às vezes anda pedindo roupa para lavar de ganho, e vai lavar no Monteiro, e segundo consta, dizem que tem para as bandas do Cordeiro um irmão forro, onde dorme muitas vezes; foi comprada em dias do mês de outubro (...) ao Sr. José da Silva Monteiro, vendedor de escravos, morador na rua do Fogo, o qual declarou no papel de venda a ter comprado ao Sr. José Antonio Bastos, morador na rua da Cadeia-Velha. Quem a pegar leve-a a rua da Aurora, sobrado n. 52, que será generosamente recompensado.

Escrava fugida no dia 20 de novembro de 1848, quem sabe aproveitando-se dos distúrbios provocados pelas lutas políticas da Praieira, Filippa prova que havia tecido uma grande teia de relações por grande parte da cidade. Possuía uma amiga forra que se dizia sua madrinha, e que morava em Fóra-de-Portas, ao norte do bairro do Recife, onde dormia muitas vezes; possuía ainda um irmão forro no bairro do Cordeiro, onde também costumava dormir. Além destas relações, o seu dono diz que Filippa pedia roupa para lavar de ganho no Monteiro, mas ainda parece andar pelo bairro do Recife, segundo ouviu falar.<sup>xix</sup> É impossível sabermos com alguma precisão como essas informações chegavam aos ouvidos dos proprietários, mas surpreendente mesmo é que, apesar de tantas informações disponíveis, a procura de uma cativa possa durar meses sem sucesso, como nesse caso.

Em outro anúncio, para reforçar o primeiro, seu dono já sabe que Filippa "(...) *consta ter sido acoitada em alguma casa onde presta serviços de cozinhar, por ser excelente cozinheira.*" E reforça que ela "*já foi vista em diferentes lugares nesta praça*". Neste segundo anúncio, surge o nome de Romana, uma crioula forra que apreende nossa personagem às dez horas da noite do dia 26 de

janeiro de 1849 e a entrega ao brigadeiro Aleixo, na suposição de que ele fosse seu dono; mas este já a tinha vendido havia certo tempo, então Romana parece ter entrado em acordo com a foragida, "aproveitando-se do serviço da mesma escrava" em sua casa na Boa Vista.<sup>xx</sup> Filippa conhecia bem o espaço da cidade, e se beneficiava disso, como se percebe; do sobrado 52 da rua da Aurora, a escrava partiu para locais certamente bem conhecidos por ela, fazendo uso de inúmeros expedientes inventivos: fez contatos com parentes e conhecidos, negociou sua liberdade com uma mulher forra, lavou roupas, cozinhou, pediu agasalho e local para dormir, percorreu diversos locais nem sempre próximos para uma caminhada a pé, entre outros.

A explicação para Filippa conhecer tantos espaços da cidade deve estar na vantagem de ser crioula, e certamente nos seus muitos anos de experiência de cativo. Ao longo de mais de três décadas de escravidão, já sofrera muita coisa: castigos corporais, um filho escravo, senhores de todos os tipos. Comprada e vendida muitas vezes, Filippa caíra nas garras de um senhor que a chicoteou impiedosamente, e cada vergastada deixara as marcas que o seu senhor ainda teve coragem - quiçá o orgulho - de mencionar como sinal, três meses depois, no dia vinte e seis de fevereiro. Os muitos senhores de Filippa devem tê-la empregado em diversos ofícios, alguns destes de *portas-a-fora*, embora o seu proprietário mais recente faça menção apenas a sua capacidade para lavar roupas, sem dizer que ela era lavadeira antes da fuga. Não se pode separar rigidamente os serviços de rua dos exercidos 'portas a dentro', embora houvesse mulheres especializadas em um ou outro serviço.

A análise da fuga de Filippa nos diz muito sobre a dimensão da própria cidade. Ruas e bairros distantes do centro da cidade, casas que serviam de esconderijo, os caminhos trilhados em nome da liberdade. A paisagem urbana do Recife, enquanto cidade-esconderijo para essas mulheres,<sup>xxi</sup> é o cenário onde é possível tecer relações sociais em pelo menos dois planos. Há relações que podem ser descritas como clientelísticas ou verticais, na medida em que são estabelecidas com ex-senhores, ou com outros indivíduos hierarquicamente superiores; e há ainda um tipo de relação que designamos de redes horizontais de ajuda mútua, tecidas entre parentes, vizinhos, conhecidos e amigos do mesmo grupo social. Essas táticas cotidianas de sobrevivência são comuns entre cativos, forros e livres pobres no meio urbano recifense.<sup>xxii</sup>

Mesmo algumas escravas de nação, descritas como boçais por seus donos, conseguiam aprender a viver no meio urbano e, gradativamente, apreendiam a dimensão espacial da cidade. Delfina, uma escrava da Costa "*muito boçal*", teve sua fuga anunciada no dia 17 de agosto de 1849, três dias após o fato. Reincidente em suas fugas, foi dito que ela normalmente escapava "*para a cidade de Olinda e ali costuma vender Água em S. Thereza; porém talvez que ela desta vez fosse para outra parte: quem a pegar leve-a a Rua do Rangel, n. 36, que será gratificado*".<sup>xxiii</sup>

Por alguma razão impossível de se saber, Delfina partia do Recife para o recolhimento feminino de Santa Thereza, em Olinda, e lá vendia água. Mas o local já era visado pelo seu senhor, e ele agora desconfiava que seu paradeiro não era mais o mesmo. Suas suspeitas foram confirmadas.

Tendo apreendido a escrava, esta mal passou um mês em sua posse e novamente se evadiu, no dia 8 de outubro. Vejamos que o teor do anúncio agora é outro, apesar de seu senhor ainda considerá-la "bastante boçal": "é bastante boçal (sic.); costuma fugir para a cidade de Olinda e vender Água em S. Thereza, e também foge para a Casa-Forte, Passagem-da-Madalena e Afogados (...)".

Ao apreender Delfina, o seu dono provavelmente ficou sabendo de sua incursão pelos subúrbios da cidade, e agora com essa nova fuga, ele fora impelido a aumentar a lista dos locais possíveis onde sua escrava seria encontrada. É bem provável que Delfina não fosse tão boçal assim, e se o fora, em breve deixaria de sê-lo.

De um modo simplificado, podemos dizer que as mulheres escravas que trabalhavam pelas ruas e arrabaldes da cidade tinham a dupla vantagem de conhecer lugares e pessoas. Em um passeio pelos arrabaldes do Recife, seguindo pelas margens do rio Capibaribe, o inglês Koster assim relata:

Ao lado da estrada, neste ponto, estão várias negras vendendo laranjas e outras frutas e bolos aos canoeiros, com seus compridos varapaus que, incapazes de perder tempo, compram e vendem provisões. Era a primeira vez que deixava a cidade e fiquei verdadeiramente agradado desse aspecto do país, do qual me tornara habitante.<sup>xxiv</sup>

Se em outra ocasião mencionada anteriormente, Koster demonstra certa irritação com a presença de vendeiras gritando pelas janelas da residência onde ficou instalado, caminhando pelos arrabaldes, seguindo as margens do rio, a sua reação é outra. A cena como um todo parece agradar ao viajante, de tal modo que chega a se dizer habitante do país. Entretanto, o que interessa mesmo é notarmos que as vendeiras não se situavam apenas nas praças e ruas dos três principais bairros da cidade (Ver Anexo). Koster não deixou muito claro, mas é provável que nos portos de rio, em um tempo onde o transporte fluvial ainda era essencial à cidade, muitas vendeiras se situassem, buscando nos canoeiros ou nas pessoas que estes transportavam eventuais clientes para seus gêneros. Evaldo Cabral de Mello aponta a existência de inúmeros desses portos que, mais adiante, serão substituídos pelas passagens, com o declínio do transporte fluvial.<sup>xxv</sup>

É preciso não esquecer ainda que o contato de mulheres escravas com canoeiros era uma combinação perigosa para a escravidão urbana. Algumas canoas para transporte de pessoas possuíam cabinas que resguardavam a privacidade e o anonimato daquele que as ocupasse. As escravas que conhecessem canoeiros tinham assim uma oportunidade de fugirem escondidas nas canoas. Em 1845, um proprietário de escravos que anunciara no Diário de Pernambuco a fuga de um escravo pescador, aproveitou a ocasião para alertar "aos proprietários de canoas que não permitissem nos camarotes a presença de pretos fugidos, ou pretas, pois já se tirou de uma canoa uma preta da mesma casa".<sup>xxvi</sup>

Voltamos mais uma vez à gravura "Venda em Recife", de Rugendas (Ver Figura 1). Uma negra, equilibrando um cesto com inúmeras frutas, e usando uma roupa que deixava aparecer parte dos seios, conversa com um negro que porta um grande varapau, instrumento característico dos

canoeiros, que necessitavam de varas para conduzirem as canoas nas partes mais rasas dos rios do Recife. Eram dessas conversas e namoros que muitos planos de fuga inventivos e audaciosos saíam. Locais como vendas e tabernas pertencem ao número de espaços onde a convivência dos pobres urbanos se tornava possível, geralmente pessoas de cor que faziam compras, embriagavam-se, encontravam amigos e amásios. Muitas criadas que compravam na rua poderiam se demorar por certo tempo na venda, marcar encontros furtivos, e então retornar aos lares de suas patroas ou senhoras. É claro que fugir do mundo da casa para o da rua implicava certos riscos, e a denúncia de um vizinho ou parente da família para o qual a criada trabalhava poderia significar castigo certo.<sup>xxvii</sup>

No imaginário dominante, no século XIX, entre a elite e membros de uma classe média urbana com foros de requintada, a venda estava associada a tudo o que havia de mais ignóbil e perigoso: lugar de vícios e de desordem, freqüentado por pessoas de baixa condição moral, independentemente de sexo, uma vez que muitas mulheres são descritas mesmo como "dadas a bebedeiras". A literatura, mesmo de escritores abolicionistas, cria quadros terríveis da venda, quase sempre associada à escravidão e à imagem da *venda-inferno*: "*a venda é horrível; é o recinto da assembléia selvagem dos escravos, onde se eleva a tribuna malvada da lascívia feroz, da difamação nojenta e do crime sem suscetibilidade de remorso (...). Se quiserdes suprimir a venda-inferno, haveis de suprimir primeiro a escravidão-demônio.*"<sup>xxviii</sup>

Uma vendeira de água, com seus 40 a 50 anos, muito conhecida em razão de seu ofício, vendia há muito tempo pelos bairros de S. José e S. Antônio. Segundo seu senhor, ela "*quase sempre anda bêbada, cuja bebedeira lhe dá para falar muito (...)* adverte-se que há a certeza que ela anda mesmo dentro dessa cidade, ou pelos subúrbios dela".

Até mesmo Joaquim Manuel de Macedo reconhece que, sem a venda, "*os suicídios dos escravos espantariam pelas suas proporções*". Muitos homens e mulheres aliviavam-se da tensão da escravidão na sociabilidade da venda; ali, além da bebida que anesthesiava uma vida de dissabores, havia a possibilidade de reafirmar laços de solidariedade e identidade, e desse modo encontrar apoio em caso de necessidade. Uma vendeira Africana Livre, que em 1843 apelou à Justiça pela sua liberdade, devido ser uma africana trasladada para o Brasil após 1831 (portanto, quando o tráfico já era ilegal), tinha entre suas testemunhas dois portugueses taverneiros que moravam na mesma rua onde ela estava alugada. A arrematante dos serviços da africana, citando esse laço de vizinhança e a condição de taverneiros e naturais de Portugal, procurou nitidamente desqualificar os depoimentos das testemunhas em favor da africana.<sup>xxix</sup>

Ao mesmo tempo em que muitas cativas conheciam pessoas, os recônditos da cidade e seus arrabaldes, onde compravam e vendiam de tudo ou lavavam roupas, outras escravas sofriam a reclusão que recaía sobre suas senhoras. Os anúncios de fuga de escravos evidenciam situações de cativas que parecem ter sido apenas seduzidas ou furtadas; e isso supõem, quando a cativa é do tipo de Rosa, cujo dono "*desconfia que esteja recolhida em alguma casa*", porque "*não conhece as ruas desta cidade*".<sup>xxx</sup>

A fuga de escravas que normalmente trabalhavam pelas ruas como vendeiras de ganho é facilitada pela condição do seu ofício. E uma vez fugidas, o lucro do seu trabalho não teria que ser dividido com o seu senhor. Cecília Moreira, estudando as ganhadeiras de Salvador, vê que as libertas, embora desempenhando as mesmas funções das cativas, tinham a vantagem de não dividirem com ninguém os produtos da venda.<sup>xxx1</sup>

A importância da rua para o ir e vir dessas mulheres é inquestionável. Em um tempo no qual a rua estava associada a elementos pejorativos, negras e pardas (escravas, libertas e pobres livres) não tinham opção a não ser participarem do mundo da rua. Na sua linguagem poética, Mário Sette descreve o que se entendia por rua na época: "*Rua tinha saibo de cousa proibida e de má fama. Moleque de rua... Povo da rua... Mulher de rua... Bôlo de rua... Namoro de porta de rua...*". Mas é o próprio Mário Sette, mais adiante, a notar a presença de vendeiras de bolos e tapiocas em plena via pública, por onde os que passavam iam formando grupos ao redor delas.<sup>xxxii</sup> No século XIX, as principais cidades escravistas litorâneas eram marcadas pela presença de cativas e cativos, negras e negros não-escravos realizando os mais diversos ofícios. Estavam lado a lado com as "modernidades" que o meio urbano experimentava, oferecendo às cidades brasileiras um cenário de convivência entre uma instituição tradicional – como a escravidão – e os avanços resultantes de uma ética do "progresso". E essa convivência comumente era marcada por conflito e tensão.

As normas de controle social que a cidade recifense imprime à organização e disciplinarização de seu espaço físico muitas vezes são incompatíveis com a maior autonomia requerida pelo mercado informal desempenhado por escravas, forras e pobres livres. Já em 1818, no governo do capitão general Luís do Rego Barreto, aumentava a pressão sobre o fluxo de vendeiros e vendeiras pelas ruas da cidade. A Câmara decidira, então,

que os vendedores de diversas mercadorias, tanto brancos, como mulatos, negros ou negras de Quitandas só possam estabelecer suas vendas, no Bairro da Boa Vista, no Largo, ou Praça da Matriz, no Bairro de Santo Antonio nos Largos, ou Praças da Penha, do Carmo, e do Hospital, no Bairro do Recife, junto ao Cais da Lingueta, sendo absolutamente vedado e proibido aos referidos vivandeiros, e Quitandeiros, venderem em diferentes lugares, e pelo meio das ruas, a fim de ficar assim evitado os incômodos que de semelhante abuso faziam aos usos públicos, e os que transgredirem a esta determinação serão condenados em mil réis, pagos da cadeia, ficando ao cuidado dos juizes almotacés a observância disto.<sup>xxxiii</sup>

Pela determinação da Câmara, apenas os espaços amplos de cada bairro deveriam ser ocupados por vendeiros e vendeiras. Eram eles a Praça da Matriz, na Boa Vista; os pátios da Penha, Carmo e Hospital, em Santo Antônio; e o cais da Lingueta, no bairro do Recife. É muito provável que essas determinações de 1818 não tenham sido cumpridas como se esperava. Ruas, pontes, becos e outros largos não foram abandonados pelas vendeiras. Isso fica demonstrado pelos inúmeros exemplos que a documentação fornece. Além disso, essa determinação da Câmara se restringia apenas aos três bairros principais, e nem mesmo nestes se pode assegurar o cumprimento do estabelecido.

Vejamos o que segue. Em 1849, as posturas municipais da Câmara proíbem a "*permanência de pretas quitadeiras em certos pontos da cidade, como por exemplo na calçada da Matriz da Boa Vista, onde faziam derrijos com os negros...*".<sup>xxxiv</sup>

Como vimos, em 1818, por determinação de Rego Barreto, a praça da Matriz da Boa Vista (atual Praça Maciel Pinheiro) era um ponto permitido para o comércio das quitadeiras. É provável que, seguindo uma lógica espacial toda sua, as quitadeiras tenham se aproximado cada vez mais da Igreja, causando escândalo aos olhos das autoridades. O Recife vive esta situação dúplice de progresso e proibição, situação que vai atingir as mulheres em suas atividades urbanas. A fiscalização apertava, tentando retirar de certos espaços da cidade sobretudo as mulheres negras, sob a desculpa, nesse caso, de que ficavam de namoro – "*derrijos*" – com os negros em frente à Igreja. Essas tentativas nem sempre eram fáceis, segundo Mário Sette, e encontravam resistência, pois o fiscal de Santo Antônio "*queixava-se à Câmara Municipal de não lhe ter sido possível desavesar as pretas quitadeiras da rua do Rosário Largo*".<sup>xxxv</sup>

As negras, habituadas a utilizar aquele espaço, insistiam em permanecer no ponto agora proibido, e era necessário tirar delas o antigo costume – o "*vezo*". Cecília Moreira, para Salvador, também mostra que, no século XIX, as leis não proíbem "*a participação das negras no varejo, mas continuariam a tentar um controle seguro. Constantemente as negras defrontavam-se com as autoridades municipais (...)*".<sup>xxxvi</sup>

Mesmo após as posturas de 1849, as pretas quitadeiras esboçam sua resistência. Uma litografia do artista suíço L. Schlappriz, da década de 1860, mostra que as quitadeiras continuavam na praça da Boa Vista, se não à frente da Igreja, pelo menos próximas ao chafariz que havia sido instalado na praça em 1846 (Ver Figura 2).<sup>xxxvii</sup> Inúmeras gravuras do mesmo autor retratam a presença de vendeiras em outros locais da cidade: os pátios do Carmo e da Penha, o Largo do Palácio, a Igreja de São Gonçalo, à frente da Bolsa de Pernambuco, entre outros (Ver Anexo). Isso sem falar nas ruas. Quase sempre onde está representado um chafariz, há negras aguadeiras com baldes à cabeça, além de inúmeras vendeiras. Os chafarizes, localizados normalmente nos centros de praças movimentadas, eram pontos de encontro de destituídos, e eram em seus arredores que se instalavam grupos de vendeiras.<sup>xxxviii</sup> Uma aguadeira que fosse "*amiga de adjuntos*", no dizer da documentação, provavelmente teria no chafariz uma ocasião propícia a exercitar suas artimanhas no contato com tantos outros desfavorecidos.

Mas, além da presença, pode-se notar a ausência. Em 1840, mais de vinte anos após a determinação de 1818, que restringia a presença das vendeiras a apenas alguns locais, Kidder assim descreve o arco de Nossa Senhora da Conceição, na Ponte do Recife: "*A passagem inferior é estreita, mesmo para um único veículo; mesmo assim, é tomada, durante o dia, por numerosas quitadeiras com seus taboleiros, e, à noite, por vagabundos que ali vão dormir*".<sup>xxxix</sup> Isso mostra que a determinação de 1818 virara letra morta, pois os arcos que davam passagem pelas pontes não foram designados como pontos permitidos para o comércio ambulante. Mas, por volta de 1865, uma

litografia de Schlappriz nos apresenta uma ponte com poucos passantes, onde se salienta apenas o aspecto arquitetônico imponente produzido pelo uso do ferro e as luminárias instaladas em cada pilastra. Substituíam-se a velha ponte de madeira, construída na época da presença holandesa em Pernambuco. Na imagem não aparecem os arcos, embora ainda existissem, mas é difícil supor que quitandeiras (e numerosas) estivessem sentadas sob eles, como a preta crioula Maria, escrava fugida que, exatamente no mesmo local e época em que Kidder aponta o hábito, "*tinha costume de vender pão de lot, e sentar-se ao pé do arco da Conceição (...)*".<sup>xi</sup> A observação do viajante, portanto, não era invenção. Havia mesmo, pelos menos até 1840, vendeiras na ponte do Recife.

Antes mesmo de 1849, como vimos, o poder público já visava situar o comércio ambulante em determinados pontos da cidade. Em 1818, confiante na execução de suas medidas, o governador de Pernambuco, Luís do Rego Barreto, oficia dizendo: "*tenho feito com que esse povo se sujeitasse por uma ordem, a não parar com tabuleiros de fazendas e outras quitandas mais miúdas, se não em lugares determinados, o que se tinha tentado inutilmente por várias vezes.*"<sup>xii</sup> (Grifo nosso). Se Luís do Rego permanecesse na província por muito mais tempo, perceberia as resistências, as infrações e, portanto, a dificuldade em se fazer cumprir suas normas. A reiteração de regulamentos só vem demonstrar o difícil controle das ruas e espaços públicos pelas autoridades municipais. Em 1845, o vereador Cintra Manoel elaborou um projeto de regulamento para policiar as praças, cais e mercados públicos do Recife, visando a policiar e disciplinar os mercados denominados 'da ribeira', que estavam tendo suas reformas concluídas. O autor do projeto assim justifica a sua elaboração:

Convido dar um regulamento sobre a polícia dos mercados públicos, praças, e cais do município, a fim de obstar, quando for possível, o progresso do mais escandaloso desleixo, que se observa nos lugares destinados para venda de comestíveis, embarques, e recreio publico, e privar que continuem a ser a morada da mais torpe, e nojenta crápula, com particularidade o que vulgarmente se denomina entre nós ribeiras; patenteando-se aos olhos do público tudo quanto há de atraso em nossa civilização, usos, e costumes, contribuindo indubitavelmente, e o mais possível, para que de dia em dia se deteriore a higiene pública. E tendo mostrado a experiência de longos anos, que baldados são os esforços e diligências dos fiscais das freguesias, do que por reiteradas vezes tem sido a câmara testemunha, colhendo apenas momentâneos frutos, do que há ordenado em diversas ocasiões, relativamente a semelhante objeto, logo esquecido, e desprezado, na ausência do fiscal (...).<sup>xiii</sup> (grifo nosso).

Do mesmo modo que os fiscais da Câmara não conseguiam fazer cumprir as determinações e regulamentações no que se refere aos locais e horários de despejos de dejetos e imundícies domésticas, eles também não eram capazes de policiar o comportamento diário das "*classes menos abastadas*" nos mercados e demais locais públicos, particularmente o grande número de pessoas que viviam da venda de gêneros de primeira necessidade, como víveres, verduras e pescados. A Comissão de Edificação da Câmara estava anunciando o fim de algumas reformas que haviam sido feitas nos mercados denominados da ribeira e, portanto, entendeu ser conveniente "*dar um regulamento apropriado, a fim de que sua conservação seja duradoura, e restitua-se o desejado asseio, polícia, e regularidade de costumes nas classes menos abastadas da sociedade, e que vivem do comércio de víveres, verduras, e pescados*".

As normatizações não incluíam apenas os espaços, mas também os horários em que devia funcionar o comércio. Tal projeto seria executado por um fiscal parcial (um para cada mercado), e um guarda municipal para cada freguesia; disciplinava a venda de víveres, os horários e os locais onde as quitandeiras deveriam armar suas quitandas, a necessidade de licença prévia concedida pela Câmara para expor os gêneros à venda, e mais um conjunto de regras para "livres" e escravos/as indiscriminadamente. Pelo artigo 7.º do regulamento, as vivandeiras teriam suas barracas armadas ao romper do dia e, após as quatro horas, deviam desarmá-las, varrendo o local. Enquanto os peixeiros podiam ficar nos mercados até às nove horas da noite, tendo uma lanterna. O art. 4.º proibia "*Ter fogos, ainda mesmo em fornalhas volantes, em qualquer lugar das arcadas, passeios, adros e ruas*", o que atingia diretamente aquelas mulheres que preparavam e vendiam comidas prontas.

Os artigos deixam transparecer que havia uma certa divisão sexual no que se refere ao tipo de produto vendido e aos horários estabelecidos. O peixe, no Recife, parece ser um gênero vendido pelos homens, talvez os próprios pescadores; o comércio de frutas, fazendas, miudezas e outras mercadorias ficava a cargo das mulheres.<sup>xliii</sup> A regulamentação como o horário visava a impedir que as mulheres vendessem após as quatro horas da tarde, quando deviam estar recolhidas a suas casas. A mulher que vendesse à noite seria inevitavelmente confundida com o mundo da prostituição. No Rio de Janeiro, mas o Recife não era diferente, o comércio era uma atividade diurna. Essa determinação que estendia até às nove horas da noite a venda de peixes para os homens configura certamente uma exceção. Às mulheres a rua é oficialmente vedada após o fim da tarde. Para Sandra Graham, na Corte: "*À noite, porém, a vida na rua cessava oficialmente, e esperava-se que as pessoas estivessem em casa*".<sup>xliiv</sup>

Porém, mesmo não sendo a regra, havia casos de vendeiras de tabuleiro que vendiam à noite. No *Diário de Pernambuco*, em 1840, alguém se mostrava particularmente incomodado com um preto e uma preta que vendiam em tabuleiros, até as nove da noite, no beco Largo do Recife, porque, segundo dizia, "*fazem insultos a vizinhança, e as famílias que transitam por aquela rua, com palavras obscenas [...]*"; e terminava por clamar às autoridades que botassem os tabuleiros do beco para fora "*a fim de evitar o barulho que todos os dias fazem*".<sup>xliv</sup>

A construção de espaços fixos para feiras que antes eram livres, a cobrança de licença para vender, e mais uma série de sanções foram os meios que as autoridades encontraram para 'civilizar' a cidade e os grupos pobres. Pensava-se a rua como o lugar da desordem, do caos; e as pessoas pobres e de cor que a freqüentavam não raro eram vistas como desordeiras em potencial. O símbolo desse esforço civilizatório no Recife é o mercado de São José, erguido em 1875, onde antes era o mercado de verduras do pátio da Penha. (Ver Figura 4). Perceber quais as implicações da instalação desse mercado na vida de quitandeiras e boceteiras é um aspecto ainda inexplorado neste trabalho. É provável que o processo de remodelação da cidade tenha afastado para a periferia os grupos de quitandeiras e boceteiras que não puderam fixar-se no mercado. Selma Pantoja, para Luanda, em

Angola, sugere esse tipo de influência ocasionada pela nova lógica de ocupação dos espaços que se dá na virada do século XIX para o XX.<sup>xlvi</sup>

O mercado da ribeira, que mereceu uma litografia de Luís Schlappriz, tem a seguinte descrição, conforme Flávio Guerra. O autor parece reproduzir a imagem do artista, pelo cenário que descreve:

Este mercado (...) era, em linhas grosseiras, o atual mercado de S. José, existente defronte da Igreja (Basilica) de hoje. Ao tempo era, como se admite, cheio de balcões grosseiros, com mulherio e homens acordados pelo pátio, vendendo verduras ou frutas. Viam-se cavalos e animais soltos estropeando, enlameando; peixeiros desovando ou entornando vísceras de peixes por ali afora; um grande chafariz ao centro da praça, a enlamear ainda mais o chão grosseiro, e onde os negros iam com seus baldes ou grandes vazilhames buscar água para os seus **senhores**; vendedoras de doces e afelôs, mascates, ambulantes, almocreves descarregando seus cavalos; fressureiros, vendedores de passarinhos, etc., tudo invadindo os oitões e as calçadas da Igreja e do Convento.<sup>xlvii</sup>

A litografia de Schlappriz, produzida por volta de uma década antes de ser construído o Mercado de São José, mostra mesmo a invasão de barracas pelo entorno do Convento da Penha, um chafariz onde alguns negros e negras pegam água, cavalos, cestos e tabuleiros; o artista captou ainda o movimento: as mulheres e homens falam entre si, apontam para locais. Nessa aparente desordem, há algo que merece registro. As barracas forradas por algum tipo de lona eram situadas em fileiras, aos pares, ao redor do pátio, deixando ao centro o chafariz com seu fluxo peculiar. Animais de carga, como os cavalos, e as aves vendidas na localidade certamente eram razões para a maior sujeira do local que, pela litografia, tinha um calçamento bastante irregular (Ver Figura 4).

Além das vendeiras, também as lavadeiras dispunham de certa mobilidade espacial. Os arrabaldes recifenses eram os pontos mais comuns onde se situavam as lavadeiras. Os sítios próximos à cidade que possuíssem lagoas ou poços congregavam muitas delas, que tanto lavavam roupa de ganho como para seus senhores, caso fossem cativas. Em 1849, uma escrava lavava roupa em uma dessas lagoas, quando uma confusão com outras lavadeiras ocasionou sua fuga. Mas a povoação do Beberibe era mesmo o principal ponto de lavagem de roupas. Uma escrava que fugira no mesmo ano era "*muito conhecida nas estradas que vão para Beberibe, por ser lavadeira*".<sup>xlviii</sup> No começo do XIX, a região do Poço da Panela chegava mesmo a possuir uma fileira de "*casebres de lavadeiras*", segundo aponta o inglês Koster: "*O Poço da Panela possui uma Capela, construída por subscrição, uma fila de casas alinhadas paralelamente ao rio, tendo muitos casebres de lavadeiras em frente, e outras residências esparsas em todas as direções*" (...).<sup>xlix</sup>

As lavadeiras, tal como as vendeiras, circulavam mais facilmente pelas ruas, ao saírem dos bairros centrais para os arrabaldes, e retornarem com a roupa limpa. Pereira da Costa registra até a existência de um antigo Porto das Lavadeiras, em 1711, por onde se passava antes de se chegar ao varadouro, subindo pelo rio Beberibe. Mas a denominação do local parece envolta em névoa, pois Pereira da Costa e Evaldo Cabral de Mello, que o mencionaram, não dizem muito mais a respeito.<sup>1</sup>

Mas também se lavava roupa no açude do Monteiro, o que prejudicava a qualidade da água que durante certo tempo abasteceu o Recife. Em 1830, a sujeira da água e sua relação com as lavadeiras eram notórias:

Tampouco a água do Monteiro, mesmo depois da comercialização promovida por Lobo Brandão, tinha a pureza que se queria inculcar. É certo que as bicas eram limpas e a levada, embora servisse também à moenda do engenho Monteiro, fora "encanada por um cano de pedra e cal que se acha no melhor estado de limpeza". À Sua beira, porém, via-se roupa estendida a secar ou em cestos à espera de lavagem. Quanto ao açude de Apipucos, donde o riacho procedia, suas margens estavam permanentemente "coalhadas de lavadeiras, fazendo barreira, cuja imundície se comunica ao cabocó e às bicas da dita levada", segundo constatara uma vistoria feita de ordem da Câmara do Recife (...). Ademais, as canoas d'água do Monteiro eram comumente utilizadas para o transporte de roupa suja e lavada.<sup>ii</sup> (Grifo nosso)

O fluxo de lavadeiras, segundo Evaldo Cabral de Mello, parece estar associado ao dos canoeiros, que traziam água e roupa lavada em suas canoas, no ir e vir dos bairros centrais para os arrabaldes. Diferentemente do Rio de Janeiro, onde geralmente se lavava roupa nos chafarizes públicos, como o chafariz das Lavadeiras do campo de Santana, no Recife os açudes, poços e regiões ribeirinhas dos sítios e arrabaldes eram os locais mais comuns. Mas isso é só o que é mais patente pela documentação disponível. Em 1860, a Câmara queixa-se da ausência de um sentinela que vigiasse o cais 22 de novembro (atual avenida Martins de Barros, no bairro do Recife) para evitar que nele se fizessem despejos e se lavassem roupas "*como já tem acontecido*". Esse caso, entretanto, parece ser aleatório, não sugerindo um uso freqüente dos chafarizes por lavadeiras escravas ou contratadas. É bem provável que as pessoas que lavavam roupas em um cais ou chafariz fossem mesmo mendigos e mendigas, e não lavadeiras propriamente falando.<sup>iii</sup>

O espaço da rua para mulheres e homens pobres, escravos ou não, é ainda o espaço da suspeição generalizada, da tensão com as autoridades policiais e judiciais. Mulheres como Maria Themoteo e Izabel Maria da Conceição (pardas), foram ambas presas pelo Sub-Prefeito de Santo Antônio pela razão genérica de serem de "*péssima conduta*".<sup>iiii</sup> Caminhar pela cidade em "*horas incompetentes*" foi o motivo da prisão da preta Inocência Maria do Rosário e da parda Francisca das Chagas.<sup>lv</sup> Algumas ofereciam algum motivo para a prisão, mas para o olhar das autoridades não era preciso tanto. A 1ª Patrulha das Cinco Pontas, no dia 16 de abril de 1840, prendeu a parda Maria da Conceição que, além de estar bastante ébria, apedrejava a quem passava, e ainda havia quebrado os pratos do tabuleiro de uma negra.<sup>lv</sup> Todavia, até mesmo pessoas comuns suspeitavam de negros e negras que adentravam seus estabelecimentos comerciais. Um dono de botica apreendeu um trancelim de ouro a uma negra que se dizia forra, por achar que ele era roubado.<sup>lvi</sup>

## Os micro-espços: a casa, os cômodos e os gestos

Compreendemos que o espaço mais amplo - a cidade - é composto por inúmeros micro-espços nos quais a vida é vivida. Tais micro-espços têm implicações sobre esses grupos de mulheres, norteiam suas ações e gestos, interferem e ajudam a conformar seu modo de vida, em um jogo de autonomia/reclusão, presença/ausência. Em suma, os espços são carregados de significados. As categorias de *casa* e *rua* que utilizamos aqui são interpretadas como Sandra Lauderdale Graham as percebeu. Sugerimos, tal como a autora, que "*os significados convencionais*

*podiam ser revertidos ou se tornar ambíguos: para os criados, a casa podia ser um local de injustiça, punição ou trabalho excessivo, enquanto a rua podia ser procurada como um local de maior liberdade*".<sup>lvii</sup> Graham, dessa forma, parece corrigir certo determinismo impregnado nos códigos casa e rua de Roberto Damatta. Trazendo dados históricos, a autora capta significados outros atribuídos a esses espaços, o que sem dúvida faz repensar a proposta sociológica de Damatta. Para este, com muita frequência, a casa e a rua são interpretadas respectivamente como "espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa idéia de "amor", "carinho" e "calor humano", a rua é um espaço definido precisamente ao inverso."<sup>lviii</sup>

Mas, assim como a cidade tem seus micro-espaços, também os sobrados os possuem. O sobrado onde o pastor Kidder se instalou no Recife, em 1840, possuía a cozinha no último andar. Vantagem: "assim, o resto da casa fica livre, não só da fumaça do fogão, como do eflúvio das panelas". Desvantagem: "está em que se torna necessário transportar para tão alto um sem número de cousas pesadas".<sup>lix</sup> Mesmo a vantagem deve ser relativizada. Se o resto da casa ficava livre da fumaça e do eflúvio das panelas, a própria cozinha devia ser bem quente, engordurante e esfumaçante para as cozinheiras. Demonstrando profundas preocupações com a higienização da cidade, e apontando seus defeitos arquitetônicos e urbanísticos, o higienista Joaquim d'Aquino Fonseca afirmou, em 1855:

As cozinhas, construídas como são entre nós, expõem aqueles, que nelas passam grande parte do dia, a moléstias, quase todas são pequenas, escuras, não ventiladas e fumantes, de sorte que concorrem poderosamente para a mortalidade dos escravos, que de ordinário sucumbem à tísica pulmonar. Se as cozinhas são situadas no centro das habitações, como se encontram em casas de algumas ruas, os males (...) ainda mais funestos são; porque, além do ar viciado que se respira, o fumo introduz-se também nos pulmões (...).<sup>lx</sup>

De um lado, o médico generaliza o péssimo estado das cozinhas. De outro, refere-se àquelas ainda piores situadas no centro das habitações, e que pareciam concentrar ainda mais fumaça, certamente pela menor circulação do ar no interior da casa. Era neste ambiente doentio e sujo que as cozinheiras trabalhavam. Em 1849, fugiu uma escrava de nação Caçange, mas bastante ladina, que "sempre tem sido do serviço de cozinha e que por isso anda porca (...)".<sup>lxi</sup> Seu senhor ou senhora faz uma alusão direta entre cozinha e sujeira. Ora, se o espaço externo da cidade do Recife nunca foi dos mais limpos no século XIX, também o interior das casas não era muito diferente. A insalubridade dos estreitos cômodos da casa, o ar pouco renovado e a falta de luminosidade, associados ao serviço desgastante da cozinha, eram as causas de muitas mortes por doenças pulmonares.

Uma outra dimensão intrigante da casa é que ela não aprisiona apenas as mulheres senhoriais. Havia mesmo cativos e cativas que eram descritos como reclusos por seus donos e donas, como se essa reclusão valorizasse o bem. Entre tantas outras, reclusa estava Luiza, em seus 19 anos, de nação Caçange, escrava fugida que "não tem costume de andar na rua, porque tem sempre estado empregada no serviço de casa". Do mesmo modo, a escrava fugida Rosa é descrita como recolhida, e por isso "não conhece as ruas dessa cidade". Escravas que provavelmente haviam

sido compradas há pouco tempo, ao chegarem à cidade, desconheciam a rua, como era o caso de outra escrava de nome Luiza, nação Congo, 14 anos, e que "*ainda não fala bem, e nunca saiu a rua, por isso se supõe furtada (...)*".<sup>lxii</sup> Algumas escravas 'recolhidas' postas à venda têm essa 'qualificação' associada diretamente ao ofício de serem mucamas. Para uma mucama, ser 'recolhida' era um requisito fundamental do ponto de vista senhorial.<sup>lxiii</sup>

Era dentro dos limites estreitos das alcovas, em grande medida, que as mucamas trabalhavam para o bem estar de suas sinhás. Esse contato permanente com seus superiores, pelas escravas mucamas, diz a historiografia, traz vantagens e desvantagens para essas criadas. Por um lado, as criadas, "livres" ou escravas, não tinham independência, e eram vistas como pertencentes ao lar onde trabalhavam, e supostamente teriam a proteção do senhor ou patrão; mas por outro, os abusos, os trabalhos excessivos, a exploração sexual pelos homens da casa, o excessivo recolhimento que lhes dificultava forjar uma maior sociabilidade com companheiros e companheiras de ofício, cor e condição social similares, fazem perceber que essa "proteção" era instável e muitas vezes inexistente. A sociedade patriarcal não era assim tão acolhedora e agregadora. As hierarquias sexuais e raciais existiam a partir do próprio lar.

No *Diário de Pernambuco* de todo o ano de 1849, analisando sistematicamente todas as fugas de escravas que tiveram seus ofícios especificados, registra-se apenas uma única fuga de mucama. Aqui, opera para isso não apenas a maior proximidade do centro de poder, mas a própria rotina contínua de trabalho, as atenções prestadas a todo o tempo. Laços afetivos ou sexuais gerados com os membros da casa poderiam ser recompensados com a alforria ou melhor tratamento, em uma negociação onde a esperteza das mulheres poderia dar algum resultado. Mas não era um jogo fácil. Para as mulheres escravas ou não, que trabalhavam pelas ruas, a sensação de liberdade ao menos era maior, e certamente alguns locais específicos permitiam expressões mais espontâneas. As criadas, por sua vez, deviam ser discretas, suas expressões sóbrias, para não constranger uma visita importante, nem corromper as famílias; a sua moral tinha de se coadunar com os princípios da casa, embora não se possa dizer que a moral da casa patriarcal era um modelo plenamente digno de ser imitado. As criadas também tinham muita dificuldade para viver relações amorosas, e quase sempre eram às escondidas e furtivamente que os encontros se davam.<sup>lxiv</sup> Atarefadas durante o dia, recolhidas à noite, essa era essencialmente a vida das criadas. A literatura da época fornece ainda seu testemunho: "*A mucama muito atarefada de dia, raro da casa escapava para encontrar-se com Simeão em rápida entrevista, e trancada à noite sob o teto da família, não tinha o recurso da senzala ou do passeio noturno para receber o amante*".<sup>lxv</sup>

Dormindo recolhida, a escrava mucama do conto de Macedo não tinha muitos meios para viver aventuras amorosas. Mas os escravos acabaram dando um jeito e, continua a história: "*Aconteceu o que acontece mais vezes e em mais casas do que se presume. Simeão e a escrava mucama ajustaram-se: à meia-noite ela abria uma janela, e Simeão saltava para dentro da casa: depois,*

*quando a desconfiança (...) tornou perigosa a entrada pela janela, o dinheiro, que não faltava a Simeão, abriu-lhe a porta da cozinha*".<sup>lxvi</sup>

O autor, preocupado com os perigos da escravidão para a vida doméstica dos senhores, alerta que esses encontros furtivos são demasiadamente corriqueiros. Se a janela estava ficando vigiada, o escravo pagou a cozinheira para que ela facilitasse a sua aventura. Ficção e história parecem encontrar-se. Sandra Graham escreve que, no Rio de Janeiro, em 1859, uma ama-de-leite cativa escapava da vigilância de seu senhor, namorando um escravo do mesmo senhor que estava alugado em uma casa da vizinhança. E desse modo: "*Bonifácio vinha visitá-la todas as noites, esgueirando-se pelos quintais da vizinhança depois do toque de recolher e indo dormir com a amante na mesma cama que ela compartilhava com a criança de peito*".<sup>lxvii</sup>

Entretanto, o universo espacial de algumas cativas e mulheres forras e livres pobres era bem mais amplo do que os estreitos cômodos da casa. Havia cativas que exerciam ao mesmo tempo ofícios de 'portas a dentro' e de 'portas a fora'. Alguns anunciantes na imprensa pernambucana desejavam alugar 'pretas' que soubessem engomar, cozinhar e ainda comprar na rua.<sup>lxviii</sup> Esse tipo de criada, que teria de se expor aos grosseiros lugares públicos, segundo Sandra Graham, eram usualmente as mais velhas, e portanto mais traquejadas e sexualmente experientes, enquanto as mais novas serviam 'portas a dentro' mesmo.<sup>lxix</sup>

No interior dos lares, as domésticas podiam servir também como concubinas, o que aproximava o trabalho doméstico da prostituição.<sup>lxx</sup> Em 1840, Vauthier narra o momento em que dois técnicos franceses se instalaram no Recife. Ao procurarem caseiras, entraram em acordo com uma família, e com o consentimento dos pais arrumaram duas mulheres brancas, que tanto cuidariam da casa como seriam suas amantes.<sup>lxxi</sup> Como se vê, não eram apenas as escravas que serviam como domésticas e concubinas, também mulheres livres pobres, mesmo brancas, se sujeitavam a um ofício que lhe desonrava, certamente pela miséria em que viviam.

O serviço de venda de rua podia conferir uma receita suficiente para que cativos e cativas comprassem suas alforrias com mais autonomia, sem depender de uma possível, mas distante, concessão de seus senhores, como no caso dos escravos domésticos. Koster, ao classificar os escravos do Recife em duas categorias, os domésticos e aqueles que "*pagam semanalmente aos seus donos um estipêndio proveniente do que ganham n'algumas ocupações (...)*", afirma que "*A primeira classe tem poucas oportunidades de ganhar sua alforria com seus esforços e está sujeita aos caprichos e extravagâncias dos superiores. Alguns poucos foram libertados pela bondade daqueles a quem serviam, e são geralmente melhor alimentados e vestidos que os outros (...)*".<sup>lxxii</sup>

Não se trata de oferecer uma escala hierárquica, ou de asseverar quem tinha melhor ou pior situação, mas é interessante notar que a rua e a casa oferecem dimensões distintas de análise no que se refere aos ofícios que nelas são desempenhados.

Nas ruas, o comércio ambulante podia muito bem se confundir com a prostituição, sendo um trabalho mal visto, portanto. Além disso, o mundo da rua traz consigo o olhar vigilante e repressor das

autoridades públicas que, com muita frequência, não distinguia muito bem escravos de livres pobres em geral. Na casa, todavia, não se pode garantir qualquer segurança. Abrigo e alguma comida sim, mas constrangimentos e abusos sexuais também deviam ser constantes, frutos do arbítrio da autoridade privada assentada em costumes sexuais patriarcais.<sup>lxxiii</sup> A lógica espacial, os significados atribuídos aos espaços dependem das experiências vivenciadas por cada praticante. Assim, concordamos com Sandra Graham quando ela relativiza as noções usuais de que a casa é o local seguro e protegido, em oposição ao perigo da rua e dos espaços públicos. Referindo-se às criadas, dirá: "*Para as criadas, porém, o trabalho e os locais de trabalho podiam assumir sentidos opostos, revertendo ou neutralizando as designações tradicionais de seguro ou perigoso, limpo ou sujo, valorizado ou depreciado*".<sup>lxxiv</sup>

Talvez a casa e a rua sejam apenas códigos demasiadamente rígidos e restritos. Se atentarmos para as *maneiras de fazer* daqueles indivíduos que vivem em uma situação de hegemonizados, perceberemos que suas táticas desviam os sentidos usuais, criando outros sentidos para os espaços, burlando as noções estreitas de perigoso, seguro, ou proibido. Para muitos despossuídos e despossuídas, escravos e escravas que haviam fugido de senhores e senhoras cruéis, a rua poderia ser o lugar do anonimato; o local que, a despeito dos perigos, poderia servir de esconderijo e meio de sobrevivência. Não podemos pensar que todos os escravos domésticos gozavam de boa condição, de proteção no reduto da casa por parte de seus proprietários; nem que as mulheres que exerciam ofícios externos à casa temiam as ruas e praças, e trocariam com satisfação por um serviço interno. A situação é mais complexa. Em 1845, uma ama parda forra, precisando de trabalho, dizia que cozinhava o diário de uma casa, e ainda "*sujeitava-se a fazer compras de porta fora, e alguns mandados*".<sup>lxxv</sup> (Grifo nosso) Enquanto muitas mulheres, que parecem ser livres, optam mesmo por se oferecerem para trabalhos internos. É o caso de muitas costureiras e governantas que tentam ser contratadas para servir a uma família.

Para algumas mulheres, cuja história pessoal as tivesse eventualmente lançado na miséria, um teto acolhedor seria muito bem-vindo. Casos de mulheres que se oferecem para servir a famílias no âmbito doméstico como o exposto abaixo impressiona:

Uma senhora de bons costumes, maior de 50 anos, que sabe coser chão, bordar, fazer lavarinto, ler, escrever, fazer pão-de-ló, bolos, pudins, pastéis, massas de todas as qualidades; se oferece para ensinar estas habilidades nesta praça, ou para servir de companhia em alguma casa de família, dando-lhe somente o sustento e algum vestuário em paga de seu trabalho; quem de seu préstimo se quiser utilizar, dirija-se a rua do Caldeireiro n. 88.<sup>lxxvi</sup>

O anúncio deixa transparecer um ar de desespero. Já relativamente idosa, uma mulher provavelmente livre lança mão de todas as suas habilidades adquiridas ao longo de sua vida. E isso em troca apenas do sustento e de algum vestuário, o que, supomos, inclui também a moradia no local de trabalho. Entre as competências da anunciante consta saber ler e escrever, o que pode significar que seu status anterior fora melhor do que o atual. Mas as outras habilidades, de um ponto de vista

mais amplo, não são nada desprezíveis, e mereciam ser bem remuneradas. O que a faz pedir com tanta humildade uma paga tão inferior a suas habilidades?

A casa é também o local onde pequenos negócios são instalados. A função de muitos sobrados e casas não é meramente residencial, mas inclui muitas vezes uma função produtiva e econômica para mulheres que precisam ganhar a vida com o trabalho que sabem oferecer. Em 1845, em sobrado de um andar apenas, estava instalado um pequeno negócio de guloseimas:

Com grande perfeição e delicadeza fazem-se bolinhos para chá, e bolos de todas as qualidades, e se enfeitam bandejas dos mesmos com figuras, flores, e ramos de alfinins, do melhor gosto, que quiserem; e também se fazem sobremesas de doces d'ovos, de pastéis de nata, e de carne [conferir], papos de anjos, tortas, tremedeiras, arroz de leite, e o mais que for apetecido: na rua Direita, sobrado de um andar, junto ao de dois de varanda dourada n. 33.<sup>lxxvii</sup>

Do mesmo modo, anuncia-se uma casa que produzia algumas guloseimas que rivalizavam com as citadas acima; além disso, a casa prestava serviços de costura, e estava precisando de mulheres para vender na rua:

Na rua das Trincheiras, casa térrea n. 25, fazem-se bolinhos de todas as qualidades para chá, bolos franceses, queques de mandioca, pudins, tortas e de outras muitas habilidades, armam-se bandejas com diversas qualidades de bolinhos; também cose toda a qualidade de costura, tanto para homem como para senhora, tudo por preço mais cômodo do que em qualquer outra parte; na mesma casa precisa-se de pretas para venderem bolinhos, pagando-se de vendagem quatro vinténs por pataca.<sup>lxxviii</sup>

Um negócio como esse era organizado o suficiente para se adequar aos produtos que estavam na moda: bolinhos que seriam tomados à inglesa, no chá da tarde, e produtos franceses. Podia até empregar mulheres para vender na rua, as quais trabalhariam por produção. Alguma mulher pertencente aos grupos médios urbanos certamente poderia, em caso de necessidade ou mesmo por iniciativa própria, estabelecer pequenos negócios que precisariam de mulheres escravas ou não-escravas para trabalharem.

Outras mulheres, engomadeiras e costureiras, utilizavam suas próprias casas para realizar seu ofício, onde atendiam a seus fregueses. Uma mulher, provavelmente livre ou liberta, que já tinha uma clientela fiel, assim se expressa: "*A engomadeira, da rua do Cotovello n. 18, faz ver aos seus fregueses, que ela ainda não deixou o trabalho de engomar; espera nos seus fregueses, que continuem a frequentar a sua casa; pois engoma por muito barato preço, vestidos de senhora, com enfeites, a 240 rs., e sem eles a 160 rs., e camisa de homem, 40 rs., calças a 80 rs., e outra qualquer roupa, por diminuto preço.*"<sup>lxxix</sup> Uma mulher livre assim estabelecida evitava ser associada à rua e sua conotação pejorativa. Trabalhando em sua própria residência, além de garantir a sua sobrevivência, mantinha uma reputação mais de acordo aos padrões culturais da época.

O objetivo deste trabalho não foi o de apresentar todos os espaços que, no Recife, foram palcos para os ofícios realizados pelas mulheres. Nem pretendeu esgotar todos os significados possíveis impregnados nesses espaços. Foram mencionados alguns sítios específicos e, a partir deles, buscamos compreender um pouco do seu conteúdo de vida. As ações e os gestos das

mulheres escravas, forras e livres pobres, no período assinalado, ganham assim uma ambiência. Mais do que isso, são essas ações e gestos que constituem e dão significado a esses ambientes, ao mesmo tempo em que são influenciados pelo espaço em que emergem.

Os praticantes aqui escolhidos, mulheres escravas, forras e livres pobres, forjavam a todo instante práticas inventivas, perfazendo lógicas próprias a seus interesses e necessidades. No universo das ruas, becos, praças e largos, ou na esfera da casa, o seu comportamento era vigiado, havia riscos a serem evitados, normas a serem observadas. Entretanto, a essa vigilância panóptica esses atores opuseram as suas táticas, tão numerosas quanto as estratégias que os poderes oficiais adotaram para cercear comportamentos, evitar "desordens", e garantir uma série de privilégios e hierarquias constituídas.

**Anexo:**

Figura 1: Venda em Recife. Rugendas.

Figura 2: Praça da Boa Vista. Luís Schlappriz.

Figura 3: Vista do Pátio do Carmo. Luís Schlappriz.

Figura 4: Pátio da Penha. Luís Schlappriz.

Figura 5: Campo das Princesas (Vista do Palácio) . Luís Schlappriz.

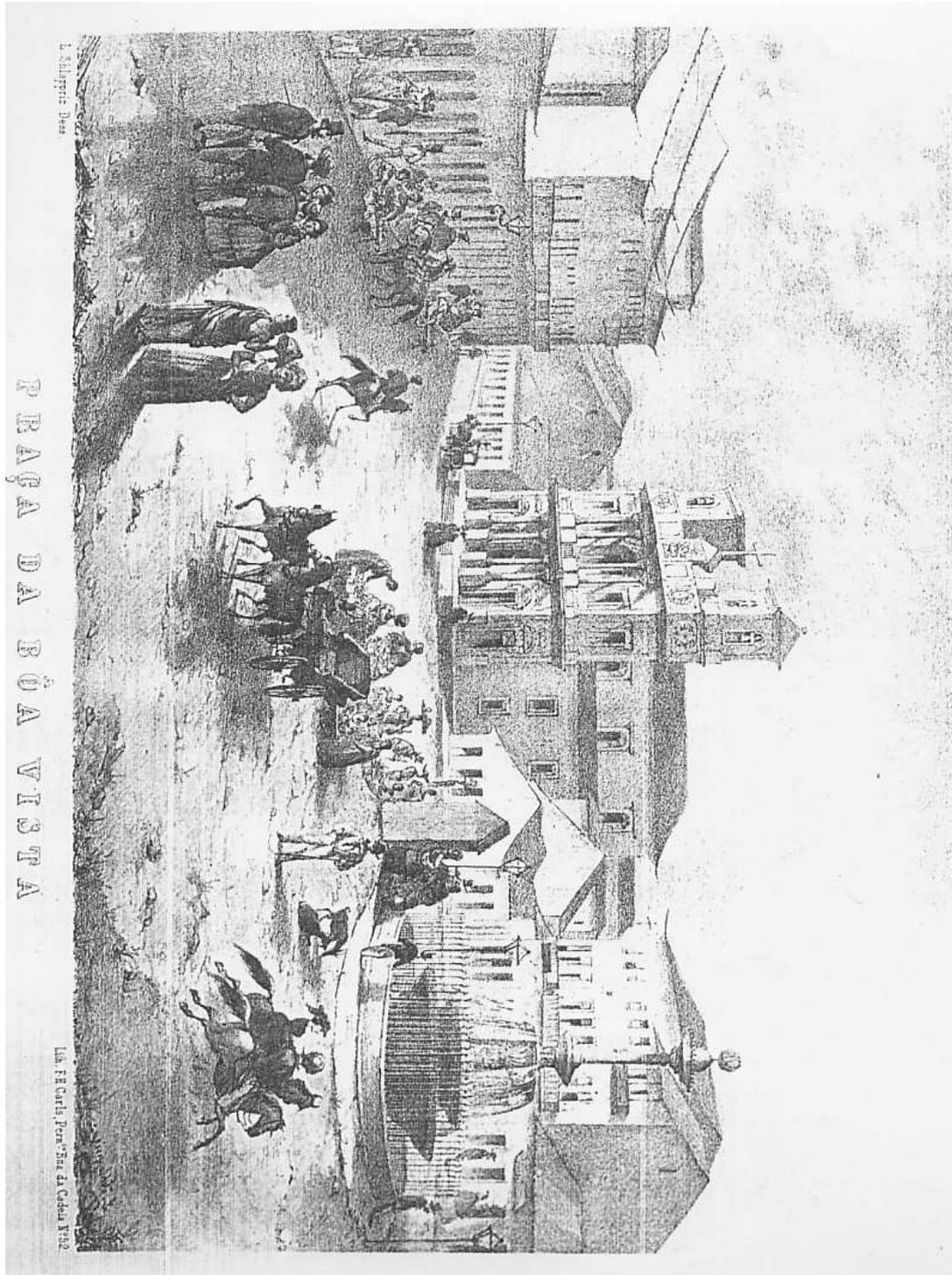
Figura 6: Bolsa de Pernambuco. Luís Schlappriz.

Figura 7: Cais da Rua do Trapiche. Luís Schlappriz.

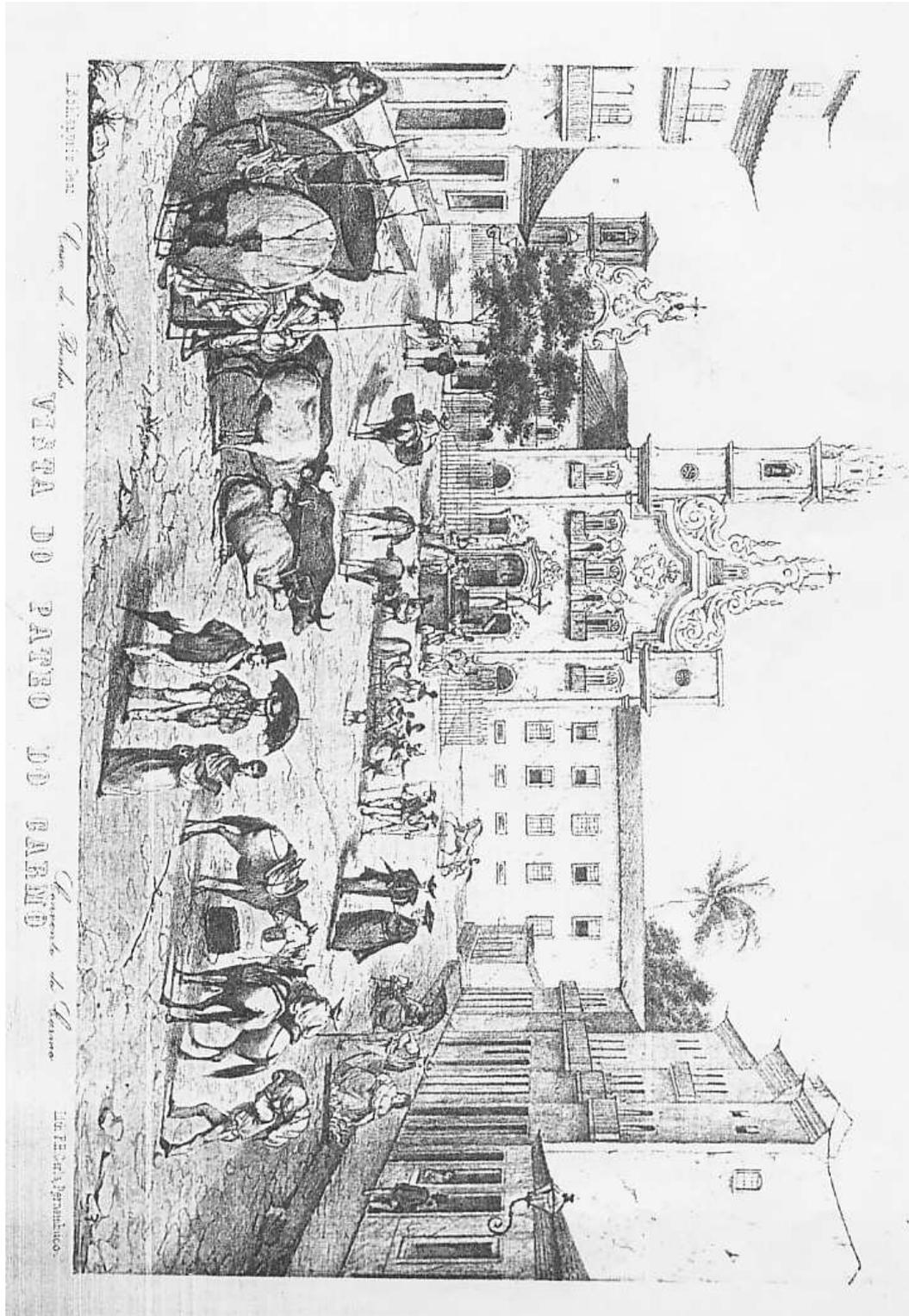


**Figura 1 - A Venda no Recife.** RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através do Brasil.**

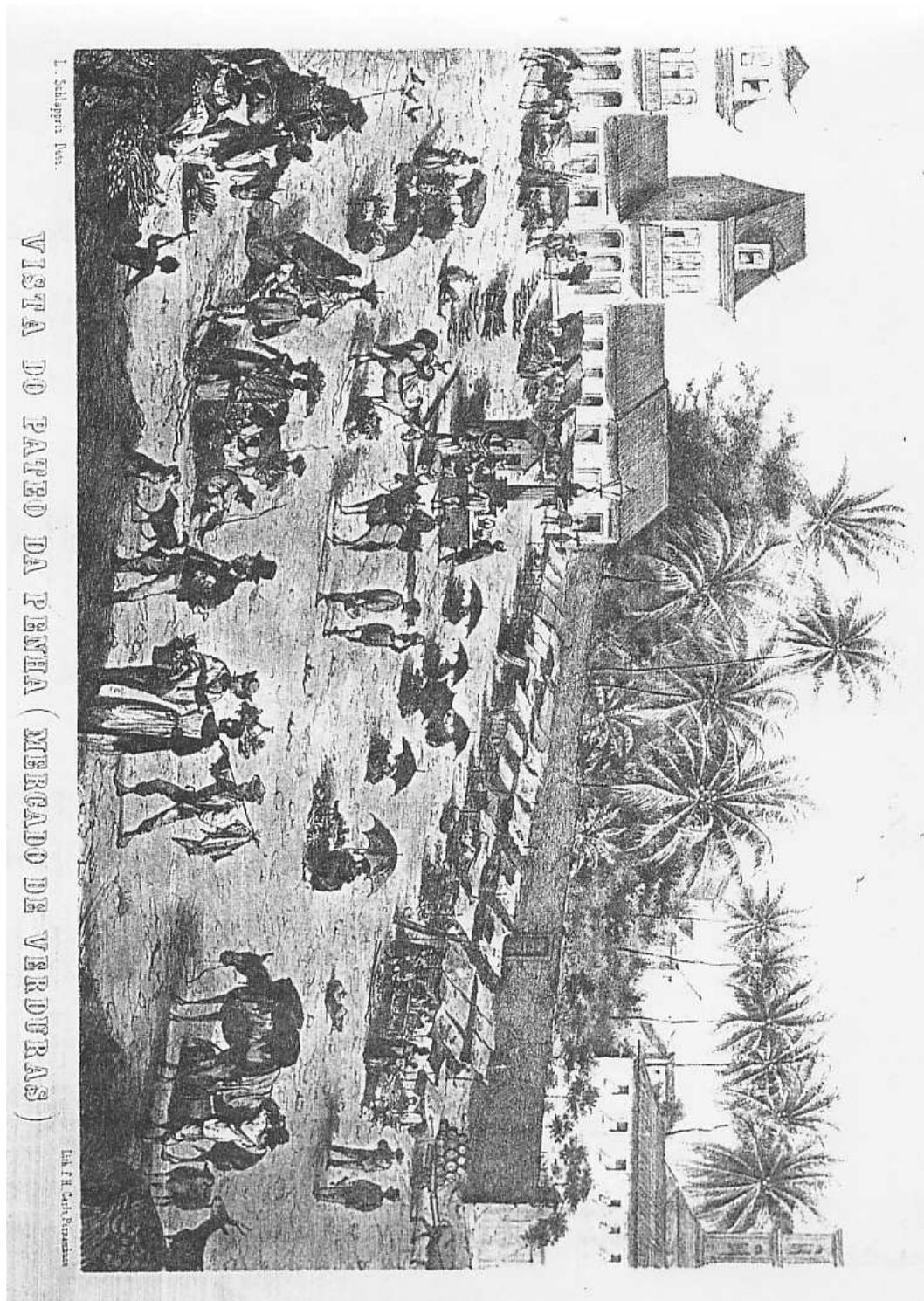
'São Paulo: Martins/Ed. Universidade de São Paulo, 1972. Prancha 77.



**Figura 2 - Praça da Boa Vista.** Litografia de Luís Schlappriz, Apud FERREZ, Gilberto. **O Álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco. Álbum para os amigos das Artes – 1863.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife: 1981. Litografia 11.



**Figura 3 - Vista do Pátio do Carmo.** Litografia de Luís Schlappriz, Apud FERREZ, Gilberto. **O Álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco. Álbum para os amigos das Artes – 1863.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife: 1981. Litografia 10.



**Figura 4 - Vista do Pátio da Penha (Mercado de Verduras).** Litografia de Luís Schlappriz, Apud FERREZ, Gilberto. **O Álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco. Álbum para os amigos das Artes – 1863.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife: 1981. Litografia 12.



**Figura 5 - Campo das Princesas (Largo do Palácio).** Litografia de Luís Schlappriz, Apud FERREZ, Gilberto. **O Álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco. Álbum para os amigos das Artes – 1863.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife: 1981. Litografia 13.

mneme

revista de humanidades

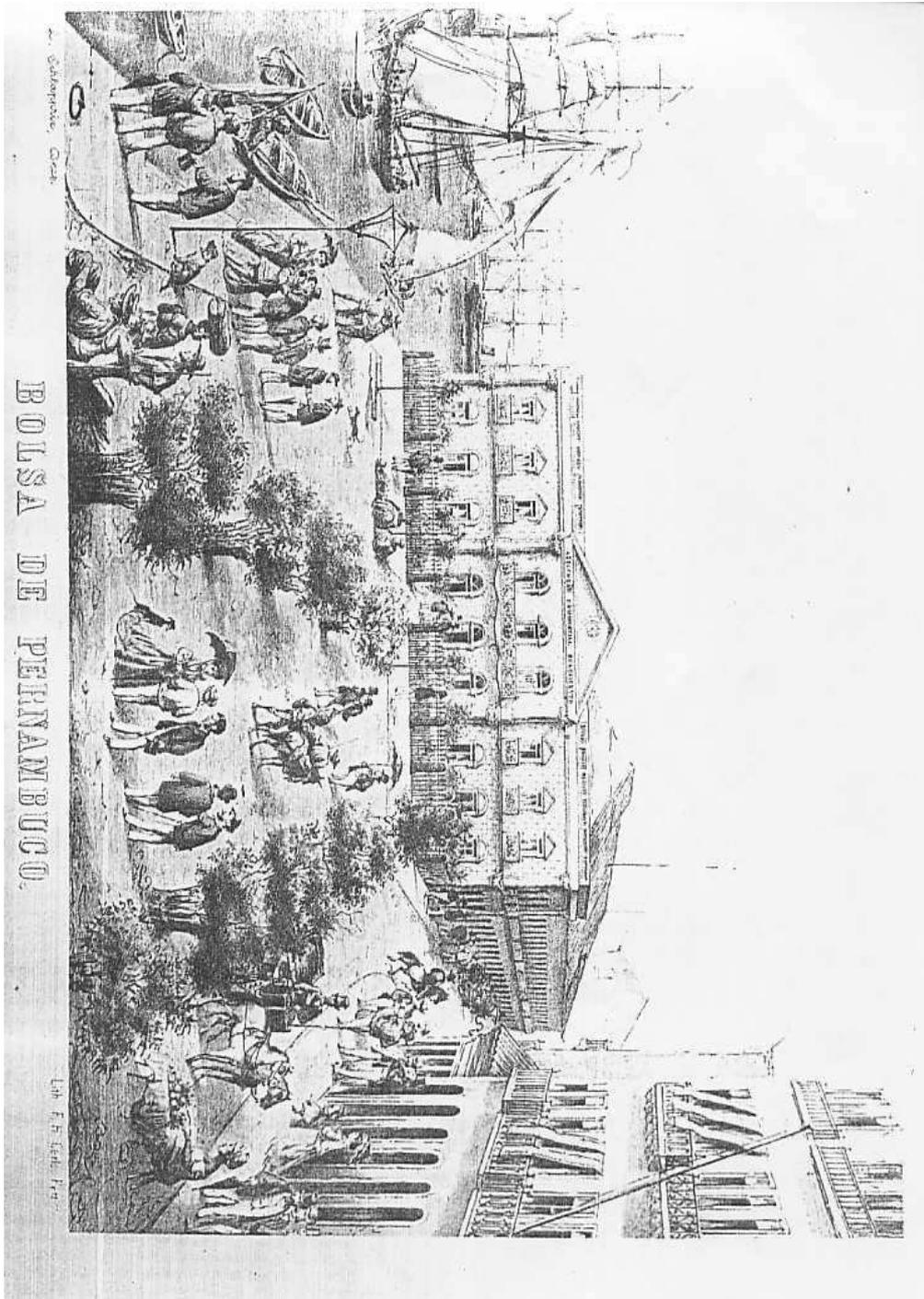
Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó.

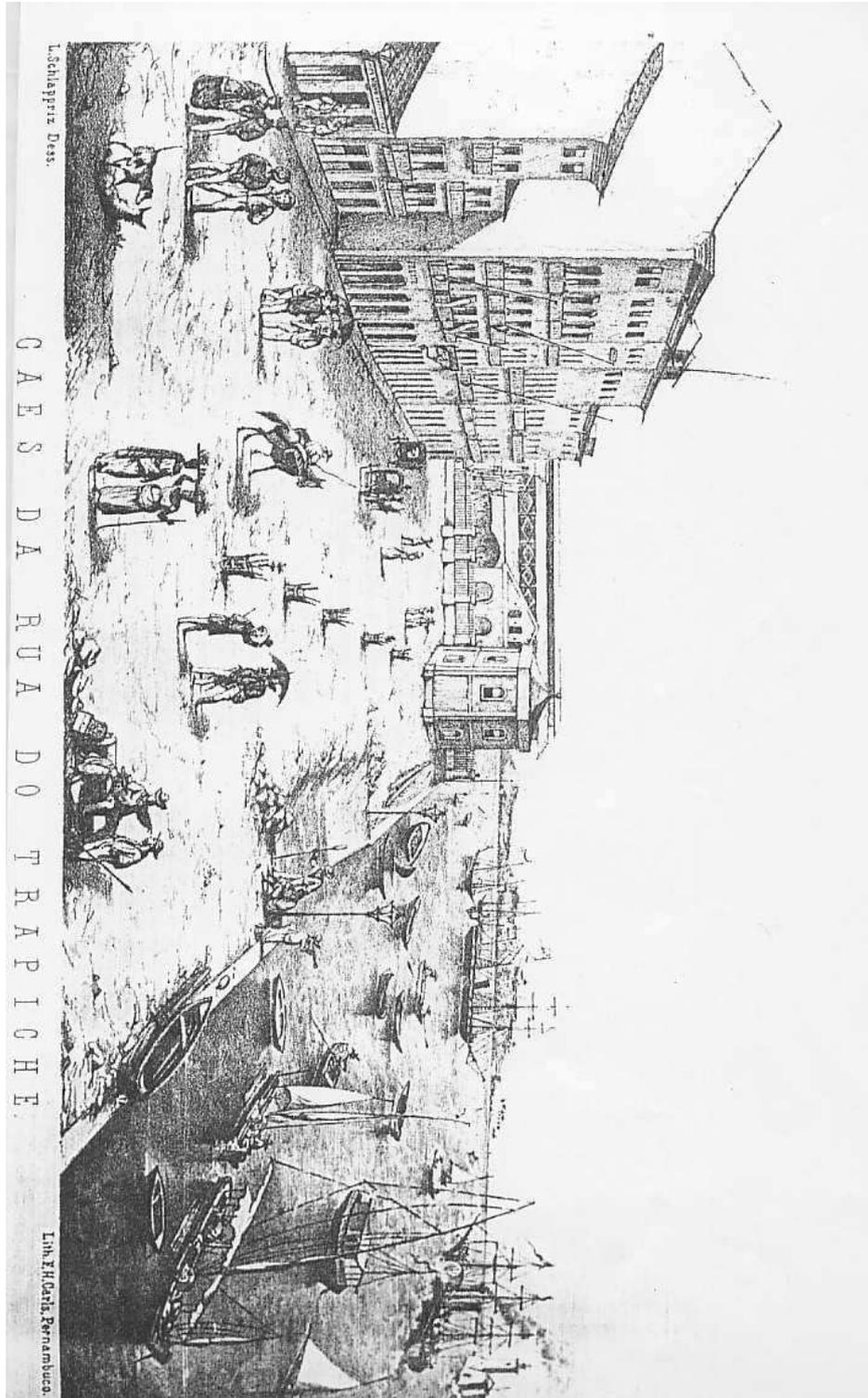
V. 07. N. 15, abr./mai. de 2005 – Semestral

ISSN -1518-3394

Disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme)



**Figura 6 - Bolsa de Pernambuco.** Litografia de Luís Schlappriz, Apud FERREZ, Gilberto. **O Álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco. Álbum para os amigos das Artes – 1863.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife: 1981. Litografia 9.



**Figura 7 -Cais da rua do Trapiche.** Litografia de Luís Schlappriz, Apud FERREZ, Gilberto. **O Álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco. Álbum para os amigos das Artes – 1863.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife: 1981. Litografia 3.

## Notas

\* Mestre em História pela UFPE, Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco – CEFET-PE. Pesquisador do *Grupo de Estudos História Sócio-Cultural da América Latina* – UPE. E-mail: [maciocarneiro@bol.com.br](mailto:maciocarneiro@bol.com.br); [maciocarneiro@gmail.com](mailto:maciocarneiro@gmail.com). Este artigo, com pequenas modificações, é o resultado da primeira parte da minha dissertação intitulada **Pretas de Honra: trabalho, cotidiano e representações de vendedeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)**, e defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE em 2004.

<sup>i</sup> Para a concepção resumida acima, Cf. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. 7. ed., Petrópolis: Vozes, 2002, p. 172. Ver ainda SETTE, Mário. **Arruar: história pitoresca do Recife antigo**. 3. ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

<sup>ii</sup> Cf., entre outros, os seguintes trabalhos: CASTRO, Josué de. **Fatores de Localização da Cidade do Recife (um ensaio de Geografia Urbana)**. DF: Imprensa Nacional, 1948; BARROSO, Geraldo. **Crescimento Urbano, Marginalidade e Criminalidade: o caso do Recife (1880-1940)**. Recife: Dissertação de Mestrado (História), 1981; MENEZES, José Luiz da Mota. "A ocupação do Recife numa perspectiva histórica". Pp. 147-162. In: **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, vol. 1, n.º 14, Recife: Editora Universitária/UFPE, 1993; CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife**. Recife: Ed. Universitária, 1998, p. 86; SETTE, Mário. Op. Cit.; e MELLO, Evaldo Cabral de. "Canoas do Recife: Um Estudo de Microhistória Urbana". In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. L, Recife: 1978, pp. 67-103; MATTOSO, Kátia. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>iii</sup> CERTEAU, Michel de. Op. cit., Vol. 1, p. 172 e pp. 174-175.

<sup>iv</sup> A leitura que fazemos aqui da cidade e seus subúrbios inspira-se também no que Selma Pantoja designou de "leitura espaço-social", ("Três Leituras e Duas Cidades: Luanda e Rio de Janeiro nos Setecentos" In: PANTOJA, Selma. SARAIVA, José Flávio Sombra. (orgs.) **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. Tomamos emprestado o enfoque de politização do cotidiano urbano, em Sidney Chalhoub. Cf. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Fundamental ainda foi a abordagem de GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>v</sup> A expressão está em CERTEAU, Michel de.; GIARD, Luce.; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, Cozinhar**. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 2002, p. 216.

<sup>vi</sup> FURTADO, Júnia Ferreira; VENÂNCIO, Renato Pinto. "Comerciantes, tratantes e mascates". Pp. 93-113. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 106.

<sup>vii</sup> Bando sobre a proibição das pessoas que vendem fazendas pelas ruas etc. Registro de Provisões 03/1 (1769-1797), Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

<sup>viii</sup> Embora o tema seja pouco estudado, percebe-se que as vilas de Olinda e Recife, no período colonial eram núcleos de intensa vida social, onde o pequeno comércio realizado por negras ganhadeiras já animava a vida urbana. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. **"Nas solidões vastas e assustadoras" – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. (Tese de Doutorado em História). Recife: UFPE, 2003. Ver particularmente o item 1.4 da tese.

<sup>ix</sup> SETTE, Mário. Op. cit., p. 39.

<sup>x</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1996, pp. 34-7.

<sup>xi</sup> TOLLENARE, L. F. de. **Notas Dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978, pp. 20-21. Flávio Guerra afirma que o mercado descrito é o que depois seria o mercado de São José, junto à Igreja da Penha, mas nessa parte do texto Tollenare trata do bairro do Recife, e só um pouco mais adiante descreverá o bairro de Santo Antônio. GUERRA, Flávio. **Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos**. Recife: Itinerário, 1978, p. 58.

<sup>xii</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978, p. 29.

<sup>xiii</sup> FREYRE, Gilberto. Op. cit., pp. 36-7.

<sup>xiv</sup> RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1972. PRANCHA 77.

<sup>xv</sup> Diário de Pernambuco, 17/06/1845 e 30/06/1845, respectivamente. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História - LAPEH (microfilme), Departamento de História da UFPE. Todas as citações seguintes do referido jornal são referentes a esta instituição.

<sup>xvi</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 139-40.

<sup>xvii</sup> Diário Novo, 15 de Jul. de 1847; e Diário de Pernambuco, 13/01 de 1849.

<sup>xviii</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 71-2.

<sup>xix</sup> Diário de Pernambuco, 04/01/1849.

<sup>xx</sup> Idem, 26/02/1849.

<sup>xxi</sup> Para o conceito de cidade-esconderijo, Cf. CHALHOUB, Sidney. Op. cit., p. 212 e ss. E ainda SILVA, Wellington Barbosa da. **"A cidade que escraviza é a mesma que liberta..." Estratégias de resistência escrava no Recife do século XIX (1840-1850)**. Recife: Dissertação de Mestrado (História), 1996, UFPE.

<sup>xxii</sup> Cf. JELIN, Elizabeth. **Las Familias en América Latina**. In: ISIS INTERNACIONAL, EDICIONES DE LAS MUJERES N.º 20, 1994. "(...) esta inserción en redes horizontales de ayuda mutua funciona en la cotidianidad y como sistema de seguridad social

informal al que se acude en situaciones de emergencia: enfermedades y muertes, pérdida de trabajo, crisis de vivienda, protección frente a la violencia, etc." p. 82.

<sup>xxiii</sup> Diário de Pernambuco, 17/08/1849.

<sup>23</sup> KOSTER, Henry. Op. cit., p. 38.

<sup>xxv</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. "Canoas do Recife". In: Op. cit., p. 81.

<sup>xxvi</sup> Para as canoas, ver MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., p. 78. Para o nexó entre canoas e cativos/as fugidos/as, ver CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. cit., p. 32.

<sup>xxvii</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. cit., p. 67.

<sup>xxviii</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. **As Vítimas-Algozes: quadros da escravidão**. 3. ed. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora Scipione, 1991, p. 12. Publicado em 1869, o livro reúne três contos, todos destinados a impetrar nos senhores o medo da escravidão e a necessidade de extingui-la.

<sup>xxix</sup> Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Tribunal da Relação. Apelação Crime do Juízo de Direito do Crime da 1.ª Vara desta cidade, 1843-1844. Apelante: Cândida Maria da Conceição; Apelada: D. Anna Nobre Ferreira.

<sup>29</sup> Diário de Pernambuco, 09/02/1849.

<sup>xxxi</sup> SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX, pp. 57-71. In: **AFRO-ÁSIA**, Nº 17, Centro de Estudos Afro-Orientais – Bahia, Salvador: EUFBA, 1996, p. 58-59.

<sup>xxxii</sup> SETTE, Mário. Op. cit., p. 8 e p. 19.

<sup>xxxiii</sup> Resoluções da Câmara Municipal do Recife (1818). CM, vol. 1 (1814-1818), sem paginação. APEJE.

<sup>xxxiv</sup> SETTE, Mário. Op. cit., p. 47.

<sup>xxxv</sup> Idem.

<sup>xxxvi</sup> SOARES, Cecília Moreira. Op. cit., p. 65.

<sup>xxxvii</sup> Ver o álbum de Luís Schlappriz **Memória de Pernambuco. Álbum para os Amigos das Artes - 1863**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. Particularmente as litografias 10, 11 e 12.

<sup>xxxviii</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. cit., p. 30.

<sup>xxxix</sup> KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil (Províncias do Norte)**. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972, p. 78.

<sup>xl</sup> Diário de Pernambuco, 02/01/1840. Ver a litografia 14 no álbum de Luís Schlappriz, Op. cit.

<sup>xli</sup> COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos**. 2ª ed., Recife: FUNDARPE, 1983. Vol. 8, p. 13. Apud BOMPASTOR, Sylvia Couceiro. Cidade Moderna X Trabalho Urbano: a questão do comércio ambulante no Recife nos séculos XIX e XX. In: **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 10, n. 1. Recife: FUNDAJ, 1994. Grifos da autora.

<sup>xlii</sup> Diário de Pernambuco, 02/06/1845.

<sup>xliiii</sup> Em Salvador, a situação parece ser outra. Em 1848, James Wetherell faz menção a "ganhadeiras peixeiras", segundo mostra Cecília Moreira Soares. Op. cit., p. 62.

<sup>xliiv</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. cit., p. 30.

<sup>xli v</sup> Diário de Pernambuco, 14 de abril de 1840. Cf. SILVA, Wellington Barbosa da. Op. cit., p. 20.

<sup>xli vi</sup> PANTOJA, Selma. "A dimensão Atlântica das Quitandeiras". In: FURTADO, Junia Ferreira. (org.) **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, pp. 45-67.

<sup>xli vii</sup> GUERRA, Flávio. Op. cit., pp. 58-59.

<sup>xli viii</sup> Para os dois casos: Diário de Pernambuco, 31/10/1849; e 20/12/1849.

<sup>xli ix</sup> KOSTER, Henry. Op. cit., p. 39.

<sup>l</sup> COSTA, F. A. Pereira da. Op. cit., Vol. 5, p. 219; MELLO, Evaldo Cabral de. "Canoas do Recife: Um Estudo de Microhistória Urbana". In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. L, Recife: 1978, p. 83.

<sup>li</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., p.89.

<sup>lii</sup> CM 44, 1860, fl. 113-113v. Para o uso dos chafarizes públicos para lavagem de roupa no Rio de Janeiro, Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. cit., pp. 51-54.

<sup>55</sup> Devemos a execução deste parágrafo à colaboração de Manoel Nunes Cavalcanti Junior (Mestre em História pela UFPE) por nos disponibilizar uma documentação de sua pesquisa. Diário de Pernambuco. 03/05/1839 e 18/04/1840, respectivamente.

<sup>56</sup> Idem, 27/08/1838.

<sup>57</sup> Idem, 18/04/1840.

<sup>lvi</sup> Idem, 14/04/1845

<sup>lvii</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. cit., p. 16.

<sup>lviii</sup> DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 57.

<sup>lix</sup> KIDDER, Daniel P. Op. cit., pp. 74-75.

<sup>lx</sup> Cf. Bases para um plano de edificação da cidade. Diário de Pernambuco, 28/08/1855. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)**. Vol. II. Recife: Diário de Pernambuco, 1975, p. 811.

<sup>lxi</sup> Diário de Pernambuco, 06/12/1849.

<sup>lxii</sup> Idem, dias 27/05/1845; 09/02/1849 e 02/06/1840.

<sup>lxiii</sup> Idem, 02/01/1845: Vende-se (...) uma mulatinha de 18 anos, engoma e é ótima para mucama por ser recolhida (...)."

<sup>lxiv</sup> Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. cit., particularmente os capítulos 1 e 2, e pp. 24 e 68. Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. cit., parte III, capítulos 10 e 11.

<sup>lxv</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. Op. cit., p. 42.

<sup>lxvi</sup> Idem, pp. 42-43.

<sup>lxvii</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. cit., p. 68.

<sup>lxxviii</sup> Para escravas que exerciam múltiplos ofícios, Cf. KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 283-284.

<sup>lxxix</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. cit., p. 45.

<sup>lxxx</sup> Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de. **A Pátria, o Lar e as Empregadas Domésticas**. No prelo, 2001.

<sup>lxxxi</sup> Diário Íntimo de Louis Léger Vauthier. In: FREYRE, Gilberto. **Um Engenheiro Francês no Brasil**. Tomo 2.º. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1960, pp. 642-643.

<sup>lxxxii</sup> KOSTER, Henry. Op. cit., p. 400.

<sup>lxxxiii</sup> CARVALHO, Marcus. **A Pátria, o Lar e as Empregadas Domésticas**. Op. cit. Analisando anúncios de escravos da década de 1840, afirma: "Chama atenção também, a proliferação de anúncios de escravas próprias para "serviço de homem solteiro", ou expressão correlata. Não há aí uma conotação sexual necessária. Poderia significar apenas que havia pessoas treinadas para servir um homem sozinho, cozinhando, lavando roupa, tomando conta da casa." Adiante, esclarece que isso podia ser mais verdadeiro no caso de mulheres livres, mas no caso de escravas o anúncio traz um sentido de maior valorização de cativas assim descritas, como próprias para "casa de homem solteiro".

<sup>lxxxiv</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. cit., p. 45.

<sup>lxxxv</sup> Diário de Pernambuco, 05/04/1845.

<sup>lxxxvi</sup> Idem, 16/04/1845.

<sup>lxxxvii</sup> Idem, 05/04/1845.

<sup>lxxxviii</sup> Idem, 18/03/1845.

<sup>lxxxix</sup> Idem, 16/04/1845.